

Todos à Brasília em 13 de Abril

Servidores federais unificam ações contra os projetos do governo Dilma e realizam grande manifestação na capital federal

A crise econômica mundial segue seu curso e tomou força na Europa no segundo semestre de 2010. Grande parte dos países da Zona do Euro tiveram profundas quedas em seus PIB - Produto Interno Bruto. Os governos burgueses responderam com planos de ajustes fiscais e controle de déficit público. Traduzindo, esses planos significam reformas que retiram direitos - em especial dos servidores públicos - como o ataque às aposentadorias, arrocho salarial, redução de pessoal, dentre outros.

Esses planos, porém, recebem o rechaço dos trabalhadores que respondem com inúmeras greves gerais e manifestações gigantes, como as realizadas na Grécia, Irlanda do Norte, França, Espanha, Portugal e Itália. No final deste mês de março foi a vez dos trabalhadores britânicos ocuparem as ruas de Londres aos milhares contra o corte de verbas e a proposta de demissão de milhares de servidores públicos. Por outro lado, as revoluções e rebeliões que ocorrem no mundo árabe contra ditadores daqueles países, também refletem essa atmosfera de crise em todo mundo. Para além das mobilizações de caráter democrático, greves para reivindicar melhores salários e condições de trabalho acontecem na seqüência da derrubada das ditaduras.

No Brasil, com a perspectiva de retomada da crise, a resposta do recém eleito governo Dilma, segue a mesma lógica de socorro aos capitalistas, ou seja, salvar os banqueiros e grandes empresas e

atacar os direitos dos trabalhadores. Dilma já não possui mais ativos para “queimar”, como seu antecessor, Lula, por isso pretende se apoiar na popularidade de início de mandato para aprovar projetos de reformas que colocarão a conta da crise na costas dos trabalhadores.

Os serviços e os servidores públicos são alvos prioritários nesse momento. O anúncio de cortes no orçamento da ordem de R\$ 50 bilhões e a retomada de projetos como os PL's 549/09 e 248/98 com o objetivo de congelar salários e demitir servidores, são apenas algumas pitadas do que

Dilma quer fazer para responder a crise.

Entretanto, assim como na Europa e no norte da África, aqui também os trabalhadores reagem com luta aos ataques contra seus direitos. Os servidores públicos realizaram um grande ato público em Brasília, por ocasião do lançamento da sua campanha salarial, há pouco mais de um mês. Neste momento, se colocam na vanguarda da resistência e convocam um dia de luta em 13 de abril, com uma poderosa manifestação nacional na capital federal. Esse é o caminho que escolheram para enfrentar os ataques do governo.



Campanha salarial unificada 2011

PLP 549/09 e PL 1.992/07 voltam a tramitar e já têm relatores nas Comissões da Câmara

Na última quarta-feira (23) foi indicado o deputado Pepe Vargas (PT/RS) para ser o relator do PLP 549/09 na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Em 2010, sob pressão da categoria, os deputados da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) rejeitaram unanimemente a proposta do PLP.

Porém o governo conseguiu ganhar tempo e evitar a votação do parecer contrário da relatora na Comissão de Tributação, deputada Luciana Genro (PSol/RS). Agora, em nova legislatura e correlação mais favorável, o governo quer apressar sua tramitação e aprovação. O projeto de lei complementar (PLP) 549/09, é uma ameaça aos servidores e aos serviços públicos brasileiros propondo congelamento de investimentos no setor até 2019.

Outra relatoria também já foi definida, a do PL 1.992/07, que cria a previdência complementar do servidor. Caberá ao presidente da CTASP, deputado Silvio Costa (PTB/PE), emitir parecer sobre o projeto.

A MP-520/10, em vigor desde o final do passado, criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares -

EBSERH que leva à privatização dos Hospitais Universitários e pavimentação do caminho para privatização de todo o sistema de saúde pública em nosso país.

Estes projetos fazem parte do pacote de medidas anunciadas pela presidente Dilma, que objetivam a redução de custos na máquina pública e tem apoio de setores do governo que pretendem conter gastos, em especial, com os salários de servidores.

A CNESF orienta os servidores em todo o país à pressionar os relatores dessas matérias pela sua rejeição, ao mesmo tempo, é preciso exigir dos deputados integrantes dessas comissões que votem contra a aprovação desses projetos.

Calendário de Lutas

7 de abril - Dia Mundial da Saúde

13 de abril - Marcha e manifestação dos SPF's em Brasília

14 de abril - Plenária Nacional dos Servidores Federais CNESF

15 de Abril - Reunião Ampliada do Fórum de Entidades dos SPF's

28 de Abril - Dia Nacional de Luta em defesa dos direitos dos trabalhadores com manifestações e atos públicos nos estados.

Eixos da Campanha Salarial

- Não ao corte de R\$ 50 bilhões no orçamento e manutenção dos investimentos no serviço público;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Regulamentação / institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito;
- Retirada dos PL's, MP's, decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PL 549/09, PL 248/98, PL 92/07, MP 520/09 e demais proposições);
- Cumprimento por parte do governo dos acordos firmados com a categoria;
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Definição de data-base (1º de maio);
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Em defesa dos serviços públicos gratuitos e de qualidade.

Ocupar Brasília em 13.04 e tomar os estados em 28.04

No dia 13 de abril, acontece ato unificado do funcionalismo federal em Brasília. O objetivo da mobilização é dar uma resposta às medidas anunciadas pelo governo e que atingem diretamente o servidor público, como o corte de 50 bilhões no orçamento. Estes cortes significam ataques aos servidores e serviços públicos, diminuir investimento nas áreas sociais, entre outros. Ao mesmo tempo, os bancos e grandes empresas anunciam lucros astronômicos e a taxa de juros básicos da economia voltou a subir.

Além disso, o governo quer colocar novamente em pauta o PLP 549/09, que congela os salários por 10 anos, e o PLP 248/98, que institui a demissão por insuficiência de desempenho.

É preciso aprofundar a luta

Enquanto o governo fala em contenção de gastos, para justificar as medidas de arrocho anunciadas para os trabalhadores, deputados e senadores reajustaram seus próprios salários, e o da presidenta Dilma Rousseff, em mais de 61%. Isto prova que o discurso do ajuste fiscal não vale para todos.

Já para conceder o acintoso reajuste do salário mínimo, aconteceram várias reuniões a fim de enquadrar a base aliada e garantir a votação do aumento para R\$ 545, valor que não contempla nem sequer o índice da inflação.

Os servidores públicos estão mobilizados contra os ataques anunciados pelo governo Dilma. No dia 16 de fevereiro foi dada a largada! O lançamento da Campanha Salarial 2011, em Brasília, reuniu em um ato

unitário cerca de 5 mil trabalhadores em frente ao Congresso Nacional.

Dando continuidade na campanha salarial nacional unificada, os trabalhadores de todo país, voltam a se reunir e farão uma grande marcha com ato público, em Brasília, no próximo dia 13 de abril.

Os servidores públicos federais, reunidos no Fórum das Entidades Nacionais, do qual participam a CSP-CONLUTAS e a CNESF, definiram o dia 28 de abril como um dia nacional de manifestações e mobilizações em todos os estados do Brasil. O calendário unificará as lutas dos servidores públicos com os trabalhadores do setor privado e organizações do movimento popular e estudantil, como MTST Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e ANEL Assembléia Nacional dos Estudantes Livres.

Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF
ANDES-SN / ASSIBGE-SN / CNTSS / CONDSEF / CSP-CONLUTAS
FASUBRA Sindical / FENASPS / SINASEFE / SINDIFISCO Nacional / ASFOC-SN / CTB